

# REFLEXÃO SOBRE A INTERVENÇÃO EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO CASO CENPEC

Thaylla Soares Paixão (Autora) <sup>1</sup>/ UFJF  
(thaylla\_soares@yahoo.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia intitulado “*Uma Análise Sobre a Intervenção Empresarial na Educação Básica: O Caso Cenpec*”, apresentado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em agosto de 2013. A proposta envolve investigar uma organização da sociedade civil de origem empresarial que desenvolve ações no âmbito da educação básica pública brasileira: o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

A questão norteadora de pesquisa se baseia na seguinte indagação: “Qual o papel político do CENPEC na educação brasileira?”. Para respondê-la se estabelece como objetivo identificar e analisar o papel político desempenhado pelo CENPEC na educação brasileira, procurando apreender o seu padrão de atuação (*o modus operandi*) na realidade educacional.

Para alcançar tal finalidade e tendo em vista a organização do texto para melhor compreensão do leitor, este estudo será composto por quatro partes: Introdução, em que se apresenta um panorama do projeto de sociabilidade da classe burguesa que orienta a educação escolar na atualidade; Capítulo 1 - “A inserção da classe empresarial no contexto contemporâneo brasileiro”, que busca conferir a centralidade política da classe empresarial em formular orientações para a educação pública no contexto contemporâneo brasileiro; Capítulo 2 - “O caso CENPEC: das origens às particularidades”, o qual trata especificamente do projeto educativo do CENPEC; e Considerações Finais, que envolvem os elementos de síntese.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e os procedimentos técnicos empregados são os da pesquisa documental, o que envolve considerar os documentos de variados meios, principalmente os de autoria do CENPEC, como fonte empírica desta investigação.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFJF, integrante do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC)/UFJF e professora do Colégio de Aplicação João XXIII da cidade de Juiz de Fora.

O referencial teórico-metodológico a ser utilizado é o materialismo histórico dialético, pois parte do pressuposto de que somente este permite superar as formas de compreensão aparente da realidade, ou seja, o mundo da *pseudocreticidade*, tendo em vista a essência da mesma, devendo a prática social ser compreendida em sua totalidade (KOSIK,1976).

Acredita-se que a relevância deste trabalho consiste em elucidar as estratégias de interferência empresariais para a educação básica na atualidade, bem como produzir conhecimentos que permitam aclarar aspectos da complexa e contraditória realidade educacional brasileira.

## INTRODUÇÃO

A configuração da realidade educacional no novo século se vincula às modificações ocorridas nos anos de 1990 advindas da nova divisão internacional do trabalho, dos ajustes nas relações de poder em nível local e internacional entre classes e frações de classe, envolvendo a disputa entre projetos de educação ocorrida no período.

Com o processo de mundialização do capital, impulsionado pelo avanço científico e tecnológico e pela financeirização da economia, os países passaram a reorganizar as relações internacionais de modo a assegurar a renovação do sistema capitalista em escala global. Mesmo que a polarização entre centro e periferia tenha sido mantida, a função de cada país passou a ser alterada. Os países da periferia, embora subordinados, foram obrigados a criar internamente condições de integração econômica diante dos avanços da ciência aplicada à produção. Além de elevar as exigências da qualidade e eficiência no fornecimento de produtos primários, os países periféricos tiveram que criar condições para a reprodução ampliada do capital em todos os setores da economia. A adaptação interna passou a exigir destes países a capacidade de assimilação e implementação de novas tecnologias. (CHESNAIS, 1996)

Para tanto, os organismos internacionais passaram a orientar mudanças nas estruturas e funcionamentos da educação visando assegurar a elevação do capital humano e do capital social a patamares compatíveis com a dinâmica mundial. Em que pesem as dificuldades locais na implementação de tais orientações, algumas mudanças ocorreram, entre elas, o protagonismo das organizações privadas na formulação, apoio e implementação das políticas educacionais.

A classe dominante brasileira, ao aceitar as novas condições da dinâmica internacional, estabeleceu como referência ideológica o neoliberalismo da terceira via e

instituiu um projeto hegemônico pedagógico para assegurar a inserção do Brasil na dinâmica internacional.

Segundo Neves (2005), este projeto educativo vem sendo difundido por novas estratégias políticas denominadas de nova pedagogia da hegemonia. Trata-se de mecanismos de educação política com a finalidade de propagar por todo o tecido social as referências simbólicas e materiais para a solidificação de um novo padrão de sociabilidade requerido pelos interesses da classe dominante na contemporaneidade.

A função da educação escolar nesse processo é contribuir a partir de sua especificidade educativa para a promoção de novos perfis humanos identificados com os parâmetros de cidadania e de racionalidade dominantes. Na concepção hegemônica, para que a escola cumpra sua finalidade formativa, é necessário mobilizar uma ampla rede política de intervenção e apoio ao desenvolvimento de políticas públicas e de gestão escolar. A experiência empresarial em relação aos temas “qualidade”, “produtividade” e “eficiência” foram concebidas como estratégicas para a reforma educacional brasileira. Os organismos empresariais (fundações e institutos) foram mobilizados para intervir na educação em nome do bem comum.

A nova pedagogia da hegemonia tem por finalidade aprofundar as relações sociais capitalistas por meio da “repolitização da política”<sup>2</sup>, que envolve três elementos centrais, quais sejam: 1) formação e difusão de valores e crenças políticas compatíveis com a nova ordem, de modo que o trabalhador desenvolva o senso de colaboração em substituição das formas de contestação, impedindo o reconhecimento de sua condição de classe e dos processos sociais, isto é, a não compreensão do conformismo ao qual está submetido; 2) desmantelamento e/ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, mantendo-os no plano da consciência econômico-corporativa; e 3) incentivo à criação de novos sujeitos políticos coletivos identificados com o projeto hegemônico, capazes de se dedicarem à execução das políticas sociais e a organização política de temáticas desvinculadas do corte de classe<sup>3</sup>. (NEVES, 2005)

---

<sup>2</sup> Segundo Neves (2010, p.24) a “repolitização da política” compreende a “redefinição da participação política no contexto democrático das décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, voltadas ao fortalecimento da coesão social nos moldes do projeto neoliberal da Terceira Via”.

<sup>3</sup> Segundo Gramsci (2007) existem três graus de consciência política coletiva, a saber: (1) “econômico-corporativo”, sendo este o nível mais elementar, não havendo organização do grupo social mais amplo; (2) “Ético-político”, se refere ao momento em que se atinge “a consciência da solidariedade entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (Ibid., p.40); e (3) corresponde ao nível da consciência em que “os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem torna-se os interesses de outros grupos subordinados”. (Ibid., p.41)

O projeto de hegemonia da classe dominante é sustentado em termos conceituais e políticos nos enunciados do neoliberalismo da terceira via, projeto que mantém inalterado o modo capitalista de produção da existência humana e atribui-lhe uma face mais humanizada, por meio da junção entre “livre mercado” com “justiça social” (MARTINS, 2009).

Os princípios gerais deste projeto sistematizado por Giddens (2001) apud Martins (2009) são: a “**sociedade civil ativa**”, o “**novo Estado democrático**”, e o “**individualismo como valor moral e radical**”. O primeiro relaciona-se a reinvenção da sociedade civil, esta se tornaria um espaço de promoção do bem comum, referindo-se, pois, ao “*locus* da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais” (LIMA e MARTINS, 2005, p.52). Seria composta por atores sociais “mais bem-informados e educados” que orientariam suas ações a partir de noções como assistência social, responsabilidade social, voluntarismo, entre outros.

Ao contrário da compreensão de Marx e Engels (1984) apud Lima e Martins (2005), de que a sociedade civil consiste “(...) no verdadeiro palco da realização da história, um lugar que envolve e expressa o conjunto das relações materiais entre os homens em uma fase específica de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX; ENGELS, 1884 apud LIMA e MARTINS, 2005, p.54), as forças hegemônicas defendem que a “**sociedade civil ativa**” possibilitaria criar um espaço para a “restauração das solidariedades danificadas” e para a promoção da “coesão social”.

O segundo princípio refere-se ao “**Novo Estado Democrático**” ou Estado “necessário”:

Não pode ser Estado mínimo nem Estado máximo, mas sim um Estado “forte” ou Estado “necessário”. A renovação do aparelho estatal se daria pela incorporação e desenvolvimento dos seguintes aspectos: descentralização administrativa, democratização, transparência, eficiência administrativa, espaços de participação e função reguladora dos riscos sociais, econômicos e ambientais. (LIMA E MARTINS, 2005, p.51)

Para a terceira via a reconfiguração do papel estatal implica em ajustar o tamanho do Estado às necessidades do mercado. Arelado a isso, está também o reordenamento da natureza da sociedade civil, o que exigiria “a disposição de a sociedade civil trabalhar em com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial da comunidade na resolução de seus próprios problemas (...)” (GIDDENS, 2001 apud LIMA e MARTINS, 2005, p.51). Assim, verifica-se que o projeto burguês defende a noção de

“parceria” como o eixo norteador da nova relação a ser consolidada entre as instâncias da aparelhagem estatal e organizações da sociedade civil.

O terceiro princípio refere-se ao “**individualismo como valor moral e radical**”. Segundo Lima e Martins (2005), tal concepção de individualismo tem por objetivos:

(i) construir uma certa consciência política que não permita ao indivíduo compreender seu real papel sociopolítico-econômico no mundo a partir de sua posição nas relações de produção; (ii) induzir a percepção de que seus valores são gerados pela “capacidade suprema de se autogovernar” e que é possível definir e realizar os próprios objetivos e metas, independentemente das condições concretas que o envolvam; (iii) orientar e estimular a possibilidade de associação a um outro indivíduo ou a pequenos grupos próximos para a participação em processos políticos mais simples (LIMA E MARTINS, 2005, p.59)

Esta noção estimula um determinado tipo de participação na vida social e política, estando baseada em níveis elementares de consciência política e não permitindo que a classe trabalhadora desenvolva senso de pertencimento de classe. Em essência a noção de “individualismo como valor moral e radical” configura-se como central para a edificação da “sociedade civil ativa” e do “novo Estado democrático” (LIMA E MARTINS, 2005).

Em síntese, o projeto neoliberal da terceira via vem orientando as condutas humanas e das organizações na política em geral, e na política de educação em particular, de modo a promover a reforma educacional compatível com o novo tempo. Entre as organizações que emergem nesse processo, atuando como formuladoras de política de educação destacam-se as que são vinculadas à classe empresarial, como é o caso do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, objeto de nossa investigação.

## **CAPÍTULO 1 - A INSERÇÃO DA CLASSE EMPRESARIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO.**

Ao traçar um quadro da realidade educacional brasileira se objetiva compreender as condições históricas em que a classe empresarial assumiu, por meio de suas organizações, a centralidade política na formulação para a educação pública. O recorte temporal realizado aqui envolve as últimas três décadas do século XX e início do século XXI.

Nos anos de 1980, especificamente no período da abertura democrática (1985 a 1989), a classe empresarial viveu uma crise de hegemonia<sup>4</sup>. Isso porque o projeto ditatorial desenvolvimentista redefinido em 1964, e que foi responsável pelo “milagre econômico” apresentou sinais de esgotamento tanto em termos econômicos quanto políticos no final dos anos de 1970. Com isso, a unidade do bloco no poder foi quebrada, o que significou a busca por um novo projeto de sociabilidade capaz de responder a ideologia capitalista e, ao mesmo tempo, aprofundar o processo de dominação e exploração de classe.

Para os empresários era preciso construir um “novo Brasil” ou o chamado “Brasil Viável” (DINIZ, 1983 apud MARTINS, 2009), e isso só seria possível através da “conciliação” entre as diversas forças sociais e o empenho de “todos” na reconstrução da democracia e da economia num contexto político de indefinições. A defesa acerca da democracia se configurava como uma estratégia política que permitiria ocultar as fissuras da classe dominante sem tensionar com os clamores populares pela construção de um ambiente democrático (CESAR, 2008).

A definição do novo projeto envolvia uma escolha: reorganizar o padrão desenvolvimentista ou a estabelecer o padrão neoliberal. A decisão envolvia repensar a função do Estado nas questões sociais e econômicas e suas possíveis repercussões nas relações de poder do período. Assim, as relações de poder no âmbito da sociedade civil foram constituídas por dois campos de forças bem definidas: de um lado, os conservadores, que atuaram na construção e apoio ao regime ditatorial do pós-64, fazendo a defesa pela manutenção das relações sociais capitalistas sob novas bases; de outro, os progressistas, grupos sociais que atuaram contra a ditadura, defendendo um projeto democrático para o país, os quais foram divididos entre os setores inspirados na perspectiva socialista (esquerda) e os que faziam a defesa pela humanização do capitalismo (social-democratas).

As relações de poder se manifestaram em momentos decisivos nos anos de abertura democrática. Destacam-se, principalmente, três acontecimentos históricos que envolveram as definições sobre organização e dinâmica da vida política do país: 1) a eleição presidencial após a ditadura, tendo em vista o “Movimento Diretas Já”; 2) às tensões na Assembléia Nacional Constituinte, momento em que as forças conservadoras se reuniram no chamado “Centrão” para barrar o crescimento do campo progressista que lutava pela ampliação dos direitos políticos e sociais; e 3) à eleição presidencial de 1989, que expressou a polarização

---

<sup>4</sup> Segundo Gramsci (s/ano) apud Martins (2009, p.25 ), esta refere-se ao “momento histórico em que a classe dirigente esgota sua capacidade de assimilação da sociedade em seu conjunto e que a classe dirigida não se mostra preparada para assumir uma nova função nas relações de poder”.

entre Fernando Collor de Melo, representante das forças conservadoras, e Luiz Inácio Lula da Silva, organizador das forças progressistas, em que o primeiro saiu vitorioso de tal processo.

O período pós-ditadura, que envolveu os três momentos citados, mostra-se imprescindível para este estudo, visto que ele abarca o momento de surgimento do objeto de pesquisa. Em outras palavras, foi no contexto das lutas entre conservadores e progressistas, num ambiente de abertura democrática e redefinição das relações de poder, que surgiu o organismo empresarial CENPEC.

Com a instalação do governo Fernando Collor de Melo, em 1990, viabilizou-se de forma mais intensa a circulação das teses neoliberais no país. Isso porque mesmo que de forma contraditória, este governo deu início aos postulados definidos no Consenso de Washington, implementando um conjunto de contra-reformas, que fortaleceram o setor privado em detrimento do setor público. Tal período de governo foi importante para a construção do novo projeto de sociabilidade requerido pela classe burguesa na atualidade.

É basicamente neste contexto, que os empresários constataram a necessidade de adequação do Brasil às mudanças ocorridas no mundo em décadas anteriores, principalmente no que se refere às novas formas de organização do trabalho e da produção demandadas pela reestruturação produtiva. A questão educacional passa então, a ser projetada no centro das preocupações relacionadas ao desenvolvimento e à coesão social. (MARTINS, 2009)

Tem-se como expressão significativa deste período da atuação empresarial, o “Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade - PBQP”, visto que nos fóruns de um dos subprogramas que o compuseram, intitulado “Educação, Formação e Capacitação de Recursos Humanos”, a classe empresarial, juntamente com representantes do Executivo federal, definiu estratégias e orientações políticas para a educação. (MARTINS, 2009)

No que concerne especificamente à educação escolar, ela se caracterizou pela difusão de programas de gerenciamento para a Educação, referenciados na noção da “Qualidade Total”, a qual instituiu uma nova forma de gestão e de organização do trabalho pedagógico por meio da incorporação de novas questões, conceitos e categorias, que passaram a reorganizar o próprio interior da Educação de acordo com esquemas neoliberais. (OLIVEIRA, 2008)

O governo Fernando Collor de Melo foi insuficiente para manter a dominação da classe burguesa na nova fase de acumulação capitalista, o que se comprovou através do *impeachment* do presidente. Isso não significou, porém, que o neoliberalismo tivesse sido abandonado, ao contrário, o bloco no poder reorganizado no governo Itamar Franco manteve

a mesma orientação política, aprofundando, em certos aspectos, os principais postulados do governo anterior, além de introduzir outras tantas orientações de mesma linha neoliberal.

Em 1994 com vitória na eleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se iniciou um novo ciclo do neoliberalismo no país, representando em definitivo o abandono da ortodoxia neoliberal hayekiana em favor dos preceitos neoliberais de face supostamente humanizante, ou seja, o neoliberalismo da terceira via. (MARTINS, 2009).

Os empresários, nesta conjuntura, reorientaram sua forma de intervenção na sociedade civil, bem como passaram a definir de forma mais sistemática as novas estratégias para o exercício de práticas educativas. Isso seria consolidado a partir da substituição de ações pontuais de tipo “filantrópicas” pelas iniciativas orgânicas e complexas de classe baseadas na noção de “responsabilidade social”.

Segundo Martins (2009), a responsabilidade social consiste numa ideologia que busca conciliar os fundamentos de mercado com a construção de um mundo melhor e uma referência que objetiva ordenar as ações empresariais na humanização do capitalismo. Ressalta-se que o CENPEC também reorienta suas ações em meados da década de 1990, a partir desta ideologia, tal como será exposto no próximo capítulo.

Cumprir registrar duas organizações empresariais que tiveram grande protagonismo na definição e difusão da referida ideologia burguesa, quais sejam: “Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE” e o “Instituto Ethos”. Ambos ofereceram pistas para o ordenamento dessa nova referência política-ideológica, que se configura como peça central para à edificação da nova sociabilidade requerida pelo Estado capitalista neoliberal na atualidade (MARTINS, 2009).

Quanto à educação escolar no período de governo FHC, verificamos um conjunto de mudanças significativas identificadas com os preceitos estabelecidos pelos organismos internacionais. No conjunto de iniciativas, destacamos: (1) promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; (2) reforma da educação tecnológica; (3) implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF; (4) privatização e fragmentação da Educação Superior; (5) definição de novos parâmetros para a política de formação docente; (6) definição de novos parâmetros e diretrizes curriculares; (7) estabelecimento formal de um plano nacional de educação sem bases de financiamento para sua implementação; e (8) instituição de instrumentos de avaliação em larga escala para medir o desempenho dos alunos em relação à aprendizagem e classificar as escolas por sua eficácia.



O resultado da eleição presidencial de 2002 não assegurou a vitória do candidato governista. A vitória eleitoral das forças políticas representadas pela candidatura Luiz Inácio Lula da Silva - LULA, pela oposição, criou expectativas quanto à redefinição do projeto de desenvolvimento em curso no país, e em especial, do fim da intervenção empresarial na definição das políticas públicas em geral e das políticas de educação em particular. Entretanto, a composição do bloco no poder após a eleição e as escolhas políticas das forças representadas por Lula mantiveram em vigência o mesmo projeto político, promovendo ajustes pontuais que caminharam na direção do pacto social e da humanização do capitalismo nos marcos da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

Os empresários, no limiar dos anos 2000, vão consolidar sua forma de intervenção política na realidade brasileira, especificamente na educação, com apoio institucional do governo Lula. Ao utilizar a ideologia da responsabilidade social, a burguesia passa a aperfeiçoar suas propostas e formas de intervenção na sociedade civil e na aparelhagem de Estado com o intuito de influenciar políticas públicas educacionais. Proliferam-se neste período as fundações e os institutos empresariais, aparelhos privados de hegemonia do capital, cuja função é a de disseminar por todo tecido social, a “nova cultura cívica” demandada pelo projeto de sociedade burguês.

No que concerne à educação escolar, ressalta-se que foi possível verificar que o referido bloco deu continuidade a algumas das políticas do governo FHC e empreendeu outras iniciativas como: o “Programa Alfabetizar para Incluir”, o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB” em detrimento do FUNDEF, e a reforma da educação superior. (NEVES, 2005)

Diante do exposto, averigua-se que o período compreendido entre os anos de abertura política até o governo Lula foi marcado por lutas entre classes e frações de classe na afirmação do projeto dominante de sociedade e de educação. Neste processo, os empresários não só ganharam espaço na educação, como tornaram suas intervenções educativas mais fortes e orgânicas nos anos mais recentes de nossa história.

É neste sentido, que organizações como o CENPEC ganham legitimidade no campo educacional, atuando sistematicamente na educação pública brasileira e formulando orientações políticas para a elaboração de uma nova cultura escolar sintonizada com o projeto burguês.

## CAPÍTULO 2 - O CASO CENPEC: DAS ORIGENS ÀS PARTICULARIDADES

O CENPEC surgiu num contexto de lutas dos anos de 1980, representando a renovação de setores da classe empresarial no processo das relações de hegemonia na realidade brasileira. Ele consiste em um organismo situado no âmbito da sociedade civil que tem como foco a educação pública, os processos educativos públicos em geral e as políticas educacionais.

O organismo foi criado por Maria Alice Setúbal, única filha de um dos maiores banqueiros do Brasil, Olavo Setúbal, do conglomerado Banco Itaú<sup>5</sup>. O primeiro envolvimento de Maria Alice Setúbal com a área social se deu através de um projeto desenvolvido em meados na década de 1970 por sua mãe, Tide Azevedo Setúbal, na periferia de São Paulo. Ele tinha um caráter filantrópico e o objetivo de promover ações pontuais de mobilização voluntária para a busca de soluções para a condição de pobreza.

Maria Alice Setúbal se interessou, especificamente, no âmbito do referido projeto, pelas aulas de “reforço escolar” de crianças em fase de alfabetização, vítimas dos efeitos diretos e indiretos da exploração capitalista e de uma cultura escolar elitista. Inspirada por essa iniciativa, as preocupações sociais desta intelectual, fomentadas pelos seus estudos no curso de Ciências Sociais e pela filantropia empresarial de sua família, resultaram num programa que pode ser considerado o nascedouro do CENPEC.

Intitulado de “Programa de Leitura e Escrita - PLE”<sup>6</sup>, a iniciativa envolveu a produção de material didático destinado a auxiliar professores da rede pública a trabalhar com a Língua Portuguesa. A primeira experiência deste programa ocorreu em 1988 em duas escolas públicas de São Paulo, posteriormente, foi expandido para outras escolas da rede pública de ensino do município. (MONTEIRO, 2001)

---

<sup>5</sup> O Banco Itaú é hoje o maior banco privado nacional em atividade, empreendendo iniciativas em diferentes áreas, como a de finanças (conglomerado Itaú), de informática (dono e controlador da Itautec) e a área industrial (proprietário da Duratex e da fabricante de louças e metais Decca). Ele é fruto da união entre três famílias: “Souza-Aranha”, “Setúbal” e “Villela” (MARKOWITZ, 2004).

<sup>6</sup> Ressalta-se que tal programa deu origem ao livro “Letra Viva”, publicação que trouxe uma proposta de alfabetização dita “inovadora” para o ensino da língua portuguesa. O livro ganhou grande visibilidade e foi difundido por todo o Brasil durante a década de 90. Sua primeira edição ocorreu no ano de 1993, sendo reeditado até 2001 sem alterações. (MONTEIRO, 2001) Cabe destacar, segundo o CENPEC, que o material ganhou em 1995 o “Prêmio Jabuti” na Categoria de Melhor Livro Didático.

O CENPEC nasce especificamente em 1987, operando os anseios sociais da família Setúbal, certamente com o subsídio financeiro do conglomerado econômico. Atualmente, os seguintes eixos de atuação defendidos pela organização são<sup>7</sup>:

(1) assessoria as políticas educacionais, sociais e culturais; (2) formação de agentes educacionais, sociais e culturais; (3) implementação de programas e projetos; e (4) produção e disseminação de conhecimento.

Estes se orientam, segundo o CENPEC, com o propósito de fazer avançar a política pública educacional brasileira e permitir que a qualidade seja alcançada mediante o “enraizamento das ações socioeducativas no território e na maior intersectorialidade das políticas sociais.”<sup>8</sup>

A organização afirma ainda ser pioneira em desenvolver atividades conjuntas com a aparelhagem estatal. Evocando seu surgimento, afirma que: “Na época pouco havia de organizações da sociedade civil engajadas na melhoria da educação pública, possivelmente pela apreensão geral de que essa era uma causa nobre exclusiva do Estado(...)”. (CENPEC, 2007, p.11). Isso comprova o protagonismo do organismo em introduzir uma nova forma de fazer política e viabilizar projetos ainda nos anos finais de 1980, forma esta que será cada vez mais difundida nos anos 1990 com a implementação do neoliberalismo da terceira via.

## **2.1 CENPEC NOS ANOS DE 1990**

Ao longo dos anos 1990, o CENPEC aprofundou suas ações políticas no campo da educação pública brasileira. Ele acompanhou as mudanças<sup>9</sup> ocorridas no Brasil e no mundo, conseguindo intervir na prática social a partir da formulação teórica da ideologia da responsabilidade social, podendo, inclusive, ser considerado pioneiro em difundir esta noção.

A noção de responsabilidade social produziu uma nova educação política, que acabou resultando na reeducação mesma dos empresários e originou uma força política de novo tipo

---

<sup>7</sup> Informação obtida no site do CENPEC. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/quemsomos>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

<sup>8</sup> Informação obtida no site do CENPEC. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/quemsomos>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

<sup>9</sup> Na esteira das mudanças acontecidas, destacam-se às reformas educacionais neoliberais ocorridas no início da década de 1990, a título de exemplo da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, ocorrida em Jontien e coordenada pelo Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o objetivo de orientar a formação humana sob novas bases (MELO,2004).

denominada de “direita para o social”, se referindo a “um amplo agrupamento de empresários que passa a atuar na ampliação dos horizontes de luta política por meio de intervenções sistemáticas nas ‘questões sociais’”. (MARTINS, 2009b, p. 22)

É a partir do movimento da “direita para o social” que o CENPEC define as como uma de suas ações estratégicas o “Desenvolvimento e implementação de programas e projetos de iniciativa de Responsabilidade Social Empresarial”<sup>10</sup>. Um exemplo prático desta questão é a vinculação do organismo ao projeto “Amigos da Escola”, desenvolvido pela Rede Globo, cuja referência central é a difusão desta ideologia e a noção de voluntário. (CENPEC, s/ano). Assim, verifica-se que ao pautar suas ações a partir da ideologia da responsabilidade social, o CENPEC comprova seu caráter de classe burguês.

Durante os anos 1990, ao adquirir grande legitimidade no campo educacional, o CENPEC foi se consolidando como uma organização de referência na formulação de projetos educativos, firmando-se como uma organização central na tradução dos enunciados da terceira via no Brasil.

Isso pode ser comprovado a partir da noção de qualidade na educação defendida pela organização:

Ampliou- se a compreensão social de que só teremos educação de qualidade para todos se todos estiverem envolvidos em sua luta. O desafio de desenvolver EDUCAÇÃO PARA TODOS ganhou a consigna de tarefa urgente e coletiva: TODOS PELA EDUCAÇÃO! (CENPEC, 2007, p.15)

Constata-se através desse enunciado que a noção de “Todos pela educação” está relacionada à reforma de Estado empreendida pela classe dominante na afirmação do projeto da terceira via, o qual indica através do princípio neoliberal do “novo Estado democrático” uma nova relação a ser estabelecida entre aparelhagem estatal e sociedade civil na promoção das questões sociais, em que tais instâncias passariam a “compartilhar” responsabilidades. (MARTINS, 2009)

---

<sup>10</sup> Informação obtida no site do CENPEC. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/quemsomos>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

## **2.2 A INSERÇÃO POLÍTICA DO CENPEC NA REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA**

A inserção do CENPEC na educação brasileira nos anos 2000 vem se dando a partir de um novo padrão político, qual seja: a formação de redes de intervenção política na área educacional.

Para desenvolver suas iniciativas, o organismo parte do princípio de que é necessário a “construção e consolidação de projetos educativos sustentados em redes e parcerias locais, regionais e nacionais”<sup>11</sup> visto que esta forma de atuação lhe permite adquirir consistência em espaços ditos “estratégicos”, aumento sua legitimidade em diversas instâncias da sociedade e disseminando uma nova forma de ação política. Para isso, ele estabelece articulações com diversas instâncias da aparelhagem estatal e da sociedade civil.

O CENPEC parte da seguinte compreensão de rede:

A rede aglutina atores sociais em torno da garantia dos direitos e o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes e jovens e tem como elemento de convergência o território de trabalho dos seus participantes. Trata-se, então, de uma rede convocada por estes princípios. Uma rede é acionada quando seus integrantes percebem a necessidade de uma ação articulada e a decidem compartilhar, apostar e investir em um projeto comum. (CENPEC, 2008, p.16)

Assim, é possível verificar que o organismo utiliza dos discursos da “garantia dos direitos” e da promoção do “desenvolvimento integral” dos sujeitos para justificar sua atuação em rede. A organização compreende que esta forma de ação configura-se numa estratégia política em que sujeitos se ligam uns aos outros a partir de interesses bem definidos, sendo necessária a integração de todos os sujeitos para que a ação articulada seja consolidada.

Ao refletir sobre a temática das redes, constata-se segundo Marsh (1988) apud Zurbriggen (2003), que existe uma variedade de aplicações do conceito, não havendo uma definição única acerca de sua especificidade. Corroborando esta discussão, Thompson (2003) apud Lima (2007) afirma que as redes consistem em “uma forma de organização social” e “um método de pensar sobre a natureza social” (LIMA, 2007, p.172), possuindo concomitantemente caráter teórico e se constituindo num instrumento analítico.

---

<sup>11</sup> Informação obtida no site do CENPEC. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/quemsomos>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

Considerar a existência da rede de intervenção política nos possibilita apreender a forma como setores da classe empresarial se articulam no processo de dominação hegemônica. Assim, torna-se necessário utilizá-la juntamente com o referencial marxista, pois, somente ele nos permitirá compreender a totalidade das práticas desenvolvidas pelo CENPEC na área social, bem como as mediações e contradições existentes em sua ação.

As redes enquanto estruturas de poder para a intervenção política se articulam a partir de uma base relacional, aglutinando pessoas e organizações, sendo os sujeitos à unidade básica das relações/ações. (MARQUES, 2006) Elas são dinâmicas e flexíveis, variando em função do perfil político dos articuladores centrais. Elas permitem ainda o fluxo de bem materiais, ideias, informações e projetos de poder (SCOTT, 1992; FREEMAN, 2002 apud MARQUES, 2006), existindo no interior da rede grupos mais ou menos centrais que coordenam a dinâmica da mesma.

Lima (2007) afirma que as redes não se constituem como um fenômeno inédito, o que há de novo é o fato do expressivo crescimento numérico de entidades que passaram a se articular dessa forma na atualidade e o aumento do interesse dos governos por elas. Em geral, os governos traduzem esse interesse a partir do preceito de parceria público-privado.

Acredita-se que tal interesse se configura como forma de afirmação do modelo gerencial de Estado, denominado de “Estado democrático” e de tentativa de redefinição da dinâmica da sociedade civil, definida como “nova sociedade civil”. Isso permite produzir alterações na forma de elaboração e execução das políticas sociais, especialmente na educação.

É a partir da noção de rede de intervenção política que o CENPEC orienta suas iniciativas no campo educacional. Reconhecendo a existência desse tipo de articulação política, o organismo em estudo define rede como “uma nova arquitetura da ação social pública” (CENPEC, 2007, p.23), em que as ações sociais caracterizam-se por serem “sócio-relacionais e por isso mesmo, exigem negociação, articulação e adesão de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais – Estado, sociedade civil, iniciativa privada e a própria comunidade beneficiária”. (Ibid.)

Através da construção política da noção de redes, o CENPEC defende os slogans de “participação política”, “responsabilidade social” e “qualidade da educação”. O argumento central da entidade é que a “melhoria da educação” e a “promoção da equidade e da inclusão social” só serão alcançadas mediante o desenvolvimento e o estímulo de redes no âmbito educacional. (CENPEC, 2009)

## 2.3 MODUS OPERANDI

Para desenvolver suas ações, o CENPEC se integra a quatro redes centrais, são elas: (1) Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); (2) Rede Todos pela Educação (TPE); (3) Rede Nossa São Paulo (RNSP); e (4) Rede “Itaú-Unicef-Cenpec”.

A primeira rede com quem o CENPEC estabelece vínculos, Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), foi criada em 2006 e tem como preocupação central a primeira infância. Ela é constituída por instâncias da aparelhagem estatal, incluindo o Ministério da Educação (MEC), e por distintas organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não-governamentais, institutos e fundações empresariais, e Organismos Internacionais. Suas ações abarcam a fomentação, a elaboração e o aprimoramento das políticas nacionais para as crianças até os seis anos de idade, bem como a difusão de conhecimentos e a organização de ações de mobilização social para esta faixa etária.

A RNPI tem como visão se tornar uma “Rede de referência na defesa e promoção dos direitos das crianças na primeira infância”.<sup>12</sup> Ela tem presença forte no direcionamento de políticas públicas para a infância, o que se comprova pelo fato do “Plano Nacional pela Primeira Infância”, elaborado pela mesma, ter sido aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em dezembro de 2011, passando a orientar as iniciativas desta faixa etária em âmbito nacional. O papel principal do CENPEC no interior da rede é formular as orientações políticas e ideológicas de programas e projetos dentro da mesma, a título de exemplo se tem o “Projeto Brincar: o brinquedo e a brincadeira na infância” de autoria da organização em estudo.

A segunda rede de que o CENPEC participa é a “Rede Nossa São Paulo” (RNSP). Esta foi criada em 2007 com a missão de “mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável”.<sup>13</sup>

As iniciativas da referida rede são realizadas a partir dos “Grupos de Trabalho Temáticos - GTs”, incluindo dentre eles o GT Educação do qual participa o CENPEC. Dentre as ações conjuntas desenvolvidas, cabe destacar o projeto “Educação para São Paulo, uma

---

<sup>12</sup> Informação disponíveis em: [http://primeirainfancia.org.br/?page\\_id=28](http://primeirainfancia.org.br/?page_id=28). Acesso em 25 de maio de 2013.

<sup>13</sup> Informação disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/eixos> Acesso 02 de maio de 2013.

cidade sustentável”, na qual a linha orientadora deste programa está pautada na noção de “mobilização social”, em que os idealizadores do mesmo afirmam a importância de se mobilizar todos os agentes sociais presentes no município de São Miguel Paulista/SP para participarem em prol da efetivação da educação pública. Cumpre registrar que o estímulo à mobilização social se faz paralela ao discurso neoliberal da “incapacidade” do Estado em prover as questões sociais, sendo necessário, portanto, mobilizar a setores da sociedade civil para participar em torno de tais questões.

A terceira rede integrada pelo CENPEC é sua vinculação com o organismo Todos pela Educação (TPE). O TPE foi criado em 2006 por um conjunto de empresários que dizem ter interesse em contribuir para a melhora da qualidade da educação brasileira e, neste sentido, formularam cinco metas<sup>14</sup> para alcançar tal objetivo. Para o TPE, é preciso o envolvimento de toda a sociedade para que se atinja verdadeiramente uma educação de qualidade - o que explica a denominação deste organismo.

Ao refletir criticamente sobre o TPE, cumpre registrar as contribuições de Martins (2009b):

[...] o TPE se materializa como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no campo da educação, lutando para afirmar uma perspectiva restrita de formação humana para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo. Sua inserção na sociedade civil, embora definida como “uma aliança” de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial. Nesse movimento, a responsabilidade social se afirma como referência ideológica que assegura a unidade política da “direita para o social” em seu trabalho de legitimação da sociedade capitalista e de um projeto restrito de educação para as massas. (p.26)

Segundo Martins (2009b), o TPE atua como um intelectual orgânico do capital, produzindo e difundindo conhecimentos cujo objetivo é a consolidação de um novo projeto educacional assentado em uma perspectiva restrita de educação para os trabalhadores brasileiros. Registra-se que o CENPEC não só integra este organismo, como também compartilha de elementos de uma mesma visão de mundo, o que pode ser comprovado através dos seguintes fatos: (1) Maria Alice Setúbal ser um dos membros sócio-fundadores do TPE; (2) integração entre ambos em “fóruns de luta pela educação” (CENPEC, 2009); (3) o TPE

---

<sup>14</sup> Para mais informações ver: <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas/>. Acesso em 09/12/14.



ser articulador do programa “Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro” do CENPEC; e (4) integrantes do TPE escreverem ativamente nos “Cadernos CENPEC”<sup>15</sup>.

A quarta e última articulação formada pelo CENPEC é a Rede “Itáu-Unicef-Cenpec”, integrada pelo Banco Itaú, Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF) e nosso objeto de estudo. Estas organizações se articulam política e ideologicamente na formulação e implementação de projetos e programas. A título de exemplo, cumpre destacar tal articulação dentro de dois programas específicos: “Prêmio Itaú-Unicef” e “Melhoria da Educação no Município”.

O “Prêmio Itaú-Unicef” é elucidativo para demonstrar a base sobre a qual se formou a rede supracitada. A articulação de tais sujeitos políticos coletivos coincide com a criação do respectivo Prêmio no ano de 1995, em que eles se articularam com o propósito de “somar esforços e buscar maior equidade e justiça social em nosso país” (CENPEC, 2003, p. 4), enxergando na educação o meio para isso. Desde então, tais organizações articulam interesses, trocam experiências e desenvolvem iniciativas comuns.

Segundo os idealizadores do “Prêmio Itaú-Unicef”, o mesmo tem por objetivo “aliar a escola e os inúmeros outros atores e espaços presentes na concretização de uma educação integral” (CENPEC, 2011, p.12). Para a realização do Prêmio, existe uma divisão de trabalho e cumpre destacar que o CENPEC é o responsável por formular política e ideologicamente as diretrizes do mesmo, sendo o responsável por idealizar e difundir os preceitos de atuação - assentados na noção de responsabilidade social - de ONGs e sujeitos no contexto neoliberal contemporâneo.

No que cabe ao programa “Melhoria da Educação no Município”, este tem como foco desenvolver a gestão pública educacional. É um programa de abrangência nacional e de grande duração, uma vez que existe desde 1999. Seus idealizadores afirmam que a finalidade é atuar “na formação e atualização de gestores municipais de educação, mostrando a relevância dos planos municipais de educação e subsidiando-os na formulação e implementação das ações”<sup>16</sup>. Desde que foi criado já ofereceu capacitação a 3.438 gestores de 1.027 municípios em 17 estados brasileiros, o que demarca a forte atuação do CENPEC nesta área (CENPEC, 2007).

---

<sup>15</sup> Os “Cadernos Cenpec” são publicações online destinadas a discutir sobre temas diversificados da educação. São seis volumes ao todo. Para ter acesso, ver: <http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos>. Acesso em 30 de março de 2014.

<sup>16</sup> Informação disponível em: <http://www.cenpec.org.br/melhoria-da-educacao-no-municipio>. Acesso em: 19 de abril de 2013.

Cumpra registrar ainda que tal programa serviu de subsídio teórico- metodológico para a ação do MEC intitulada Plano de Ações Articuladas (PAR)<sup>17</sup>, em que o CENPEC, em “parceria” com o MEC e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi eleito como o responsável por oferecer assessoria técnica aos municípios que aderiram ao “Plano de Metas Todos Pela Educação” no período de 2008 a 2011, orientando-os na elaboração dos respectivos planos. (CENPEC, 2008). Isso permite evidenciar a ligação entre CENPEC e MEC no desenvolvimento de projetos educativos, bem como explicitar a influência do primeiro no desenvolvimento e execução de políticas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as reflexões desenvolvidas, foi possível constatar que o CENPEC atua como um aparelho privado de hegemonia, objetivando consolidar um novo projeto de formação na Educação Básica pública do Brasil em consonância com o que está proposto no projeto neoliberal da terceira via.

Verifica-se que o CENPEC se encontra como uma força política de novo tipo – a “direita para o social”, tal como descrita por Martins (2009), o que se justifica pelo fato da organização desenvolver “iniciativas socialmente responsáveis e solidárias”, sendo defensora de um capitalismo de face “humanizada” e estando organicamente ligada ao grupo Itaú.

Sua função política está vinculada a afirmação de um novo projeto de educação escolar compatível com as exigências do capitalismo na atualidade, propondo mudanças na cultura escolar nos marcos da compreensão dominante de cultura e de educação.

O modus operandi do CENPEC envolve a atuação em complexas conexões políticas estabelecidas em rede com o objetivo de consolidar uma nova forma de intervenção empresarial no campo educacional.

As redes em educação buscam em essência dar prosseguimento ao processo de dominação empreendida pela classe burguesa bem como funcionam como mecanismos capazes de influenciar e delimitar políticas públicas (LOPES, 2010). O que se comprova pela articulação política estabelecida entre a organização em estudo e o MEC.

---

<sup>17</sup> Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PAR é um instrumento educativo que permite o planejamento das ações. Ele integra o “Plano de Metas Todos Pela Educação”, vinculado ao “Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)”. Para mais informações ver: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=159&Itemid=235](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=159&Itemid=235). Acesso em 2 de março de 2014.

Elas consistem ainda em espaços educativos para a “nova cultura cívica” requerida pela nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2010), uma vez que pessoas e organizações serão educadas para empreender ações sociais focalizadas em setores específicos da sociedade, sendo estas destinadas a classe trabalhadora.

Por fim, cabe ressaltar que através da intenção do CENPEC em contribuir para a “melhoria da educação”, o que tal organismo espera em essência é manter inalteradas as relações classistas existentes na realidade. Para isso ele desenvolve projetos educativos amparados na noção de “colaboração social”, contribuindo para a ocultação dos conflitos entre classes e frações de classe no âmbito da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

CENPEC, Amigos da Escola - Todos pela Educação. **Caderno 2- Gestão Escolar um Trabalho Conjunto.** s/ano.

CENPEC. Fundação Itaú Social. UNICEF. **Muitos Lugares Para Aprender.** São Paulo: CENPEC, 2003. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=muitos%20lugares%20para%20aprender%20cenpec%20baixar&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D8201%26Itemid%3D&ei=5fS9UaXoIrGw4AOWn4CoDw&usq=AFQjCNFUBfKEnCPLusz-A\\_ipsiW2TU-M3Q](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=muitos%20lugares%20para%20aprender%20cenpec%20baixar&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D8201%26Itemid%3D&ei=5fS9UaXoIrGw4AOWn4CoDw&usq=AFQjCNFUBfKEnCPLusz-A_ipsiW2TU-M3Q). Acesso em: 28 de agosto de 2013.

CENPEC. **Uma História e Suas Histórias.** São Paulo: CENPEC, 2007. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/historia\\_historias.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/historia_historias.pdf). Acesso em: 28 de agosto de 2013.

CENPEC. **Relatório de atividades.** São Paulo: CENPEC, 2008. Disponível em: <http://cenpec.org.br/comunicacao/RelaInstit2008/RelatorioInstitucional2008.pdf>.

CENPEC. **Relatório de atividades.** São Paulo: CENPEC, 2009. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/comunicacao/RelaInstit2009/Relat%C3%B3rio%20Institucional.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

CENPEC. **Relatório de atividades.** São Paulo: CENPEC, 2011. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/comunicacao/Relatoinstit2011/relinst2011.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

CESAR, Monica de Jesus. **Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia.** São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. **Pressupostos, Princípios e Estratégias**. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

LIMA, Jorge Ávila de. **Redes na educação: questões políticas e Conceptuais**. Revista Portuguesa de Educação, 2007, p. 151-181.

LOPES, Kátia de Carvalho. **Educação Pública como Nicho de Investimento Social Privado**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

MARKOWITZ, Michele Andrea. **Bancos e banqueiros, empresas e a famílias no Brasil**. 2004. 102f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: Aprendizados a partir das Políticas Urbanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol.21, nº 60, p. 15-41, 2006.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: EdUFF, 2009.

MARTINS, André Silva. **A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, 2009b. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/467/468>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela**. Maceió: EDUFAL, 2004.

MONTEIRO, Sara Mourão. **Exercícios para compreender o sistema de escrita: o caso do livro “Letra Viva”**. 2001. 109f. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) **A direita pra o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima (org.) **Política e Gestão da Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ZURBRIGGEN, Cristina. **Las redes de políticas públicas**, 2003. Disponível em: [http://www.iigov.org/documentos/?p=1\\_0105](http://www.iigov.org/documentos/?p=1_0105). Acesso em: 28 de agosto de 2013.

